



Conferência

” As TIC e a Saúde no Portugal de 2009”

Saúde cada vez mais atenta às tecnologias

Lisboa, 27 de Novembro – Continua a faltar resposta a alguns factores críticos, mas já são vários os exemplos de projectos bem-sucedidos na tarefa de juntar tecnologia e Saúde em Portugal, como ficou patente durante a conferência “As TIC e a Saúde no Portugal de 2009”, realizada esta quarta-feira pela APDSI – Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação.

Coordenado por Maria Helena Monteiro, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, o encontro, que teve lugar no Auditório do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, pretendeu trazer para a sociedade civil a discussão em redor das TIC aplicadas à Saúde, envolvendo entidades governamentais, prestadores de cuidados de saúde públicos e privados, instituições universitárias e fornecedores de soluções e tecnologias, traçando a trajectória de mudança que tem vindo a ser feita em Portugal, neste domínio, nos últimos anos.

É um facto que estamos perante uma atitude global de aceleração da utilização das TIC na área da Saúde, porque as tecnologias se podem constituir como um instrumento privilegiado para melhorar o acesso aos serviços, para melhorar a sua qualidade e para melhorar a sua eficiência, considera o secretário de Estado Adjunto e da Saúde, Manuel Pizarro, a quem coube o discurso de abertura na conferência.

Manuel Pizarro lembrou que já existem alguns projectos governamentais no terreno, como a gestão da informação aplicada às cirurgias. “Naturalmente não são os sistemas de informação que fazem com que os doentes sejam operados, mas contribuem para a melhoria do acesso [à saúde] ”.

Neste aspecto, o responsável governamental adiantou que o Ministério da saúde conta ter *online*, em Dezembro, a possibilidade de cada um dos cidadãos portugueses em lista

de espera para cirurgia ter a informação da posição que ocupa e da data aproximada da intervenção.

Um outro projecto que exemplifica os esforços públicos no sentido de aplicar os benefícios das TIC ao sector da saúde está relacionado com o Registo Electrónico de Saúde (RES).

O secretário de Estado referiu que no início de Janeiro será apresentado um mapa de implementação deste projecto que o Governo conta ter operacional em 2012. "O nosso objectivo é que, no final de 2012, todos os portugueses tenham, pelo menos, um registo inicial de saúde electrónico", salientou.

O RES vai permitir reunir informação clínica sobre os cidadãos que poderá ser consultada independentemente da unidade hospitalar ou serviço de saúde a que o cidadão se dirija.

Manuel Pizarro garante que o RES é mais do que um simples repositório de informação. "Quisemos construir um registo que acima de tudo seja útil aos cidadãos (...) que, numa primeira fase, lhes proporcione mobilidade nacional e que no futuro lhes permita mobilidade transnacional".

Convidado para *keynote speaker*, António Vaz Carneiro, da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, explicou e exemplificou como o Processo Clínico Electrónico (PCE) pode ser um instrumento de qualidade na Saúde, nomeadamente, contribuindo para que os cuidados de saúde sejam mais seguros, eficazes, centrados no utente e atempados.

O Processo Clínico Electrónico é um instrumento que suporta e apoia o profissional de Saúde em todos os aspectos assistenciais e clínicos, garante António Vaz Carneiro, desenhado para capturar com precisão a situação clínica do doente – sintomas e sinais, exames complementares de diagnóstico e evolução clínica – assegurando que as informações estão organizadas e disponíveis para utilização.

“A maior vantagem do PCE será a capacidade de apresentação e representação dos dados armazenados em termos de olhar para estes de maneiras inovativas, quer seja a evolução da glicemia do doente, o registo das medicações prescritas ou o número de doentes a quem ainda não foi feita determinada medida preventiva, por exemplo”, referiu.

Pelas razões mencionadas, “o PCE constitui-se como um poderoso instrumento de suporte às políticas de qualidade em saúde de um Sistema nacional de saúde moderno, eficaz e financeiramente racional “, garante António Vaz Carneiro.

Mudança em curso

Introduzidos os temas pelo secretário de Estado Adjunto e da Saúde e por António Vaz Carneiro, coube aos prestadores de cuidados de saúde públicos e convidados tomarem a palavra para darem a conhecer os projectos que têm no terreno e as soluções que os sustentam.

O primeiro painel da manhã reuniu José Carlos Nascimento, que adiantou mais alguns pormenores sobre o Registo Electrónico de Saúde, e Ana Miranda, do IPO de Lisboa, que partilhou com os presentes a sua experiência à frente do ROR Sul - Registo Oncológico Regional Sul, que integra todos hospitais e centros de saúde localizados na região de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve e Região Autónoma da Madeira.

O ROR-Sul recolhe, processa e trata a informação sobre os casos de tumores malignos, que ocorrem na população residente nas referidas regiões, tendo uma das suas faces visíveis publicamente online, a partir do endereço www.ror-sul.org.pt, guardando para acesso restrito informação de carácter clínico.

A partir do portal pretende facilitar-se aos profissionais de saúde o acesso à informação; reduzir os tempos de procura, pretendendo melhorar a eficiência e a produtividade; permitir o acesso integrado a diversos arquivos e bases de dados; e possibilitar a troca de informações entre os diferentes agentes da comunidade.

Além dos projectos RES e ROR-Sul, o primeiro painel da manhã contou ainda o testemunho do serviço Saúde 24, trazido por Sérgio Gomes, e pelo caso do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, com António Fialho a explicar as alterações ultimamente introduzidas pela Lei e Plano de Saúde Mental e pela implementação de sistemas de informação, nomeadamente os desafios e intervenções operacionais colocados.

Um segundo painel reuniu responsáveis ligados ao Hospital de Santa Maria, Hospital de Santo António, Hospital da Luz e da Unidade de Saúde Familiar de São Julião, na Figueira da Foz, para destacarem a importância de temáticas como a interoperabilidade, a gestão da mudança e a relação custo-benefício no que toca à adopção das TIC na área da saúde.

Soluções em destaque

Na parte da tarde tomaram a palavra, na sua maioria, fornecedores de tecnologia com soluções específicas para o sector da saúde. Foi o caso de Luísa Silva, representando a SAP, que partilhou com os presentes um projecto desenvolvido para o Banner Health - um centro hospitalar norte-americano -, que assenta numa solução de Business Intelligence da empresa.

No primeiro painel da tarde esteve em destaque a telemedicina. Depois de Undine Knarvik ter introduzido o tema, dando a conhecer a experiência norueguesa com o seu Centre for Integrated Care and Telemedicine, coube a Tiago de Oliveira, da First Solutions e a Hélder Pereira, da Tecbra Europa - que desenvolveu uma solução

conhecida por “Magalhães Clínico” – falarem sobre os projectos nacionais que as suas empresas têm vindo a sustentar nesta área.

Já Dinis Fernandes, da Unisys, mostrou como o RFID poderá auxiliar, por exemplo, na segurança de pacientes e *stuff*, na gestão de equipamentos em tempo real, no controlo de medicação, ou até mesmo na monitorização da temperatura em cada unidade de refrigeração que se pretenda vigiar, entre outras aplicações.

O fim da primeira sessão de discussão da tarde foi marcado pelo repto de Paulo Nunes de Abreu, do Hospital do Futuro, co-responsável por moderar o painel, que apelou à criação de um centro de telemedicina em Portugal, aproveitando a presença dos diferentes prestadores de cuidados de saúde e fornecedores de soluções no evento.

Na segunda sessão da tarde o destaque foi dado aos casos de sucesso mostrados pelo Hospital de S. João, Centro Hospitalar de Setúbal e Direcção Regional de saúde e Vale do Tejo, este último com um projecto onde as tecnologias foram colocadas ao serviço do rastreio do cancro do colo do útero.

Coube a Joaquim Cunha terminar ao conjunto de intervenções para apresentar a iniciativa “Health Cluster Portugal”, um projecto fundado em Abril de 2008 que reúne hospitais, empresas ligadas à farmacêutica e à prestação de serviços e instituições de I&D e universidades no objectivo comum de tornar Portugal num *player* competitivo, na área da saúde, “num quadro de reconhecimento da excelência, do seu nível tecnológico, e das suas competências e capacidades no domínio da inovação”.

A estratégia delineada é essencialmente para o longo prazo e prevê que, em 10 anos, as entidades associadas ao cluster tenham conseguido produzir pelo menos cinco novos fármacos, desenvolvido 50 novos métodos de diagnóstico e/ou dispositivos e gerado 5 mil milhões de euros.

Tecnologia não falta

As diferentes intervenções feitas ao longo do dia da conferência “As TIC e a Saúde no Portugal de 2009”, por parte de *players* variados, mostraram experiências válidas com resultados positivos que certificam que o país está no caminho certo.

Nas iniciativas partilhada pelos diferentes intervenientes identificaram-se, contudo, alguns desafios que se prendem com o envolvimento das pessoas, a colaboração, a utilização de ferramentas adequadas, a divulgação e o apoio do Governo.

“Temos as soluções tecnológicas de que necessitamos para garantir que conseguimos aquilo que é fundamental na Saúde. O que continua a faltar é a decisão política, uma estratégia de desenvolvimento integrado e sustentado”, considera Vasconcelos da Cunha, da APDSI. “O que falta aqui hoje é o que faltava há 10 anos, mesmo considerando que se terá observado algum progresso”, acrescentou na sessão de encerramento da conferência.

Sobre a APDSI

Criada em 2001, a APDSI tem por objectivo a promoção e o desenvolvimento da Sociedade da Informação e Conhecimento em Portugal, reunindo com este interesse comum indivíduos e empresas. Na linha destes propósitos a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação tem vindo a desenvolver diversas actividades, onde se destacam uma série de estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares sobre os vários temas da actualidade na Sociedade da Informação, nomeadamente Administração Pública, Aprendizagem, Justiça, Saúde, Educação, Comércio e Negócio Electrónicos. Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interacções entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e eficaz implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa. A APDSI tem o estatuto de utilidade pública.

Para mais informações contacte:

APDSI

Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação

Rua Alexandre Cabral, n.º 2C – Loja A

1600-803 Lisboa

Tel.: 217 510 762

Fax: 217 570 516

E-mail: secretariado@apdsi.pt

URL: <http://www.apdsi.pt>